CONTRATO Nº 068/2015

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE 03(TRÊS) PLAYGROUNDS INFANTIS, 03(TRÊS) BALANÇOS DUPLOS E 03(TRÊS) GANGORRAS COM DOIS BALANÇOS, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA E A PESSOA FÍSICA DANIEL DE LIMA E SILVA, NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DO GURGUÉIA-PI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.554.380/0001-92, situada na Rua do Ferreiro, s/nº, Bairro Planaltina, Redenção do Gurguéia – Piauí, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, o Sr. Delano de Oliveira Parente Sousa, residente e domiciliado na localidade Pedrinhas, zona rural de Redenção do Gurguéia-PI, portador do CPF nº 841.669.403-68, doravante denominada simplesmente contratante.

CONTRATADA: DANIEL DE LIMA E SILVA, pessoa física inscrito no CPF sob o nº 002.144.633-46, residente na cidade de Teresina/PI.

O CONTRATANTE e a CONTRATADA acima especificados, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONTAGEM DE 03(TRÊS) PLAYGROUNDS INFANTIS, 03(TRÊS) BALANÇOS DUPLOS E 03 (TRÊS) GANGORRAS COM DOIS BALANÇOS,** conforme Dispensa de Licitação nº 027/2015, regulado pelos preceitos de direito público, especialmente pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, aplicando-se-lhes supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado, bem como mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de montagem de 03(três) playgrounds infantis, 03(três) balanços duplos e 03(três) gangorras com dois balanços, conforme especificações e quantidades constantes na Dispensa de Licitação nº 027/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

A prestação dos serviços ora contratados foi objeto de Dispensa de Licitação, de acordo com o disposto na Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO

O CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente contrato, a Dispensa de Licitação nº 027/2015, bem como à proposta firmada pela CONTRATADA. Esses documentos constam no processo licitatório e são partes integrantes e complementares deste Contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

I – emitir a ordem de serviço referente ao objeto de contrato, assinada pela autoridade competente;

II – efetuar pagamento à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste Contrato;

III – fiscalizar o fiel cumprimento deste contrato através do Setor Administrativo Financeiro;

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

I – executar o presente contrato em estrita consonância com os seus dispositivos, com o Instrumento Convocatório e com a sua proposta;

II – fornecer de imediato os serviços objeto do contrato, em consonância com as ordens de serviços expedidas pelo setor competente do município;

III – fornecer os serviços objeto do contrato em estrita concordância com as especificações constantes do referido processo licitatório;

IV – responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE**;**

V– assumir, por sua conta exclusiva, todos os encargos resultantes da execução do contrato, inclusive impostos, taxas, emolumentos e suas majorações incidentes ou que vierem a incidir sobre o referido objeto, bem como encargos técnicos e trabalhistas, previdenciários e securitários do seu pessoal;

VI – utilizar na execução do presente contrato somente pessoal em situação trabalhista e securitária regulares;

VII – manter durante a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

VIII – fornecer ao CONTRATANTE todas as informações solicitadas acerca do objeto deste contrato;

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO

No ato do recebimento dos serviços será emitido recibo dos serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

Este contrato vigorará a partir de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ainda ser prorrogado ou aditivado, nos termos da Lei nº 8.666/93, por interesse público, ou até conclusão de novo procedimento licitatório.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

FONTE DE RECURSO: RECURSO PRÓPRIO/FPM/ICMS/ISS

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39

CLÁUSULA NONA – DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor estimado de R$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais), conforme preço constante na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO EQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A recomposição dos preços dos serviços objeto do contrato reger-se-ão de forma a manter o equilíbrio econômico financeiro da CONTRATADA, ou seja, mantendo-se o mesmo percentual entre o preço dos custos à época da proposta de preço.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será solicitado expressamente pela CONTRATADA quando da constatação do desequilíbrio contratual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Não serão considerados pedidos de reequilíbrio de preços relativamente a serviços anteriormente prestados, mesmo que esses ainda não tenham sido quitados.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O preço cobrado não poderá, em hipótese alguma, ser superior ao praticado pela CONTRATADA ao público em geral, devendo ser repassados ao CONTRATANTE os descontos promocionais praticados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias a partir da entrega na nota fiscal, em moeda nacional por meio de cheque nominal ou transferência eletrônica à firma contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será feito após a apresentação da nota fiscal/fatura, estando esta devidamente atestada pelo setor competente.

PARÁGRAFO SEGUNDO– Tendo em vista o prazo concedido para pagamento, não haverá, dentro deste prazo, isto é, da apresentação da cobrança à data do efetivo pagamento sem atrasos, nenhuma forma de atualização do valor devido.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto for pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

A execução do presente Contrato será fiscalizada pelo Diretor do Setor Administrativo Financeiro da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO – O servidor referido anotará, em registro, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DAS PENALIDADES

Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA, garantida a prévia defesa e segundo a extensão da falta ensejada, as penalidades previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Em caso de aplicação de multas, o CONTRATANTE observará o percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor estimado do contrato por descumprimento de qualquer cláusula contratual ou da Dispensa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As multas poderão deixar de ser aplicadas em casos fortuitos ou motivos de força maior, devidamente justificados pela CONTRATADA e aceitos pelo CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As multas aplicadas serão descontadas de pagamentos porventura devidos ou cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato será rescindido excepcionalmente, por quaisquer dos motivos dispostos no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, sob qualquer uma das formas descritas no artigo 79 da mesma lei.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de rescisão administrativa decorrente da inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA não terá direito a espécie alguma de indenização, sujeitando-se às conseqüências contratuais e legais, reconhecidos os direitos da Administração, assegurada a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DOS RECURSOS

Dos atos do CONTRATANTE decorrentes da aplicação da Lei n.º 8.666/93, cabem os recursos dispostos no seu art. 109.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Administração Contratante, aplicando-se o que dispõe a Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais preceitos de direito público,e,supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Redenção do Gurguéia, Estado do Piauí, da Justiça Comum, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme o presente contrato lavrado em três vias, assinam as partes abaixo.

Redenção do Gurguéia (PI), 20 de julho de 2015.

DELANO DE OLIVEIRA PARENTE SOUSA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

DANIEL DE LIMA E SILVA
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

ORDEM DE SERVIÇO

Fica pela presente Ordem de Serviço, a pessoa física DANIEL DE LIMA E SILVA, inscrito no CPF sob o nº 002.144.633-46, autorizado a iniciar os serviços de montagem de 03(três) playgrounds infantis, 03(três) balanços duplos e 03(três) gangorras com dois balanços para as secretarias de Educação, Assistência Social e de Administração, conforme especificações e quantidades constantes na proposta de preço na Dispensa de Licitação nº 027/2015.

DO PRAZO: para a execução dos serviços é MEDIANTE a necessidade da Administração manifestada por pedido de serviços, contados a partir da data do recebimento da referida Ordem.

Redenção do Gurguéia-PI, 20 de julho de 2015.

Delano de Oliveira Parente Sousa
Prefeito municipal
Contratante

CIENTE EM: 20/07/2015

DANIEL DE LIMA E SILVA
CPF: 002.144.633-46
CONTRATADO